

Aprovado em reunião
de 18 OUT. 2013

APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

O Sr. José Cruz sugeriu que se efetuassem três alterações à proposta de regimento, tendo as mesmas sido aceites, ficando o documento final anexo à presente ata.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Regimento da Câmara Municipal, revogando o Regimento que se encontra em vigor e respetivas alterações, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

APPROVED FOR RELEASE
18 OCT 2013



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

N.º Propostas/2013/350

Aprovado em reunião
de 18 OUT. 2013

ASSUNTO:

Aprovação do Regimento da Câmara Municipal

CONSIDERANDO QUE:

- a) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- b) Nos termos do artigo 39.º alínea a), compete à câmara municipal elaborar e aprovar o regimento;
- c) Com a entrada em vigor da lei acima referida e as profundas alterações que a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro sofreu, tornou-se imperioso redigir um novo regimento da câmara municipal;
- d) Em anexo à presente proposta apresenta-se o texto do novo regimento;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Aprovar o Regimento da Câmara Municipal, em anexo à presente proposta, revogando o regimento que se encontra em vigor e respetivas alterações.

Vila Real de Santo António, 15 de Outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes

AMERICAN AIRWAYS
JAN 21 1954

W. N.



VILAREALSTºANTONIO

REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Estabelece a alínea a) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que, compete à câmara municipal elaborar e aprovar o regimento. Assim, nos termos do disposto no preceito legal atrás referido, a câmara municipal de Vila Real de Santo António decreta:

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma estabelece o regimento da câmara municipal de Vila Real de Santo António.

Artigo 2.º

Natureza

- 1 – A câmara municipal é o órgão executivo do município.
- 2 – A câmara municipal é um órgão independente e as suas deliberações só podem ser suspensas, modificadas, revogadas ou anuladas nos termos da lei.
- 3 – Ao abrigo do princípio da especialidade, a câmara municipal só pode deliberar no quadro da prossecução das atribuições do município, e no âmbito do exercício das suas competências, nos termos da lei.

Artigo 3.º

Natureza e periodicidade das reuniões

- 1 – As reuniões ordinárias da câmara municipal são públicas e terão periodicidade quinzenal, realizando-se, por norma, às terças-feiras.
- 2 – Quando no dia de realização de reunião ordinária coincida um feriado, passa a mesma para o primeiro dia útil imediato.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 – 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

3 – As reuniões ordinárias terão início às nove horas e final às treze horas, podendo prolongar-se para além daquela hora se não estiverem esgotados os assuntos e não houver oposição da maioria dos membros do órgão.

4 – No início de cada ano civil, a câmara municipal aprovará, para efeitos da devida publicitação, o calendário das suas reuniões ordinárias, com indicação do local de realização das mesmas.

Artigo 4.º

Local das reuniões

1 – As reuniões ordinárias terão lugar no edifício sede da Câmara Municipal.

2 – A segunda reunião a realizar em cada mês terá lugar nos seguintes locais:

- a) Sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela nos meses de Janeiro, Março, Maio, Julho, Setembro e Novembro;
- b) Sede da Junta de Freguesia de Monte Gordo nos meses de Fevereiro, Abril, Agosto, Outubro e Dezembro.

Artigo 5.º

Convocação e agenda das reuniões ordinárias

1 – Cabe ao presidente da câmara municipal, além de outras funções que lhe estejam atribuídas, convocar, abrir e encerrar as reuniões, estabelecer, distribuir e organizar a ordem do dia, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações.

2 – O presidente da câmara municipal pode, ainda, suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na ata da reunião.

3 – Na falta ou impedimento do presidente dirigirá os trabalhos o vice-presidente.





VILAREALSTºANTONIO

Artigo 6.º

Convocação e agenda das reuniões extraordinárias

- 1 – As reuniões extraordinárias são convocadas por iniciativa do presidente da câmara municipal, ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos respetivos membros, mediante requerimento que indique o assunto a ser tratado.
- 2 – As reuniões são convocadas com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência, sendo comunicadas a todos os membros por edital e através de protocolo.
- 3 – O presidente convocará a reunião para um dos oito dias subsequentes à receção do requerimento referido no n.º 1 do presente artigo.
- 4 – Quando o presidente não efetue a convocação que lhe tenha sido requerida ou não o faça nos termos do n.º 3, podem os requerentes efetuá-la diretamente, com invocação dessa circunstância, observando o disposto no número anterior com as devidas adaptações e publicitando-a nos locais habituais.
- 5 – As reuniões extraordinárias não têm período de antes da ordem do dia.
- 6 – Por regra, as reuniões extraordinárias não são públicas, cabendo ao presidente, aquando da sua convocação, determinar o local, dia e hora de realização, assim como, se, em regime de exceção, a reunião terá natureza pública;
- 7 – O exposto no número anterior aplica-se também para as reuniões convocadas nos termos do n.º 1.

Artigo 7.º

Requisitos formais das propostas

- 1 – As propostas para agendamento em reunião do Executivo Municipal serão da iniciativa do presidente ou vereador, devendo ser assinadas pelos mesmos.
- 2 – Para efeitos de apreciação da legalidade, as propostas deverão ser enviadas ao dirigente responsável por secretariar as reuniões da câmara municipal, até à quarta-feira anterior à realização da reunião, após registo das mesmas no sistema de gestão documental adotado pela câmara municipal.





VILAREALSTºANTONIO

- 3 – As propostas deverão mencionar sempre a lei habilitante, os anexos que são sua parte integrante, a unidade orgânica que procedeu à sua elaboração e ainda, quando for o caso, a necessidade de serem submetidas à assembleia municipal, com a respetiva justificação legal.
- 4 – As propostas deverão ser acompanhadas de todas as peças que a instruem, em suporte digital, ou, na impossibilidade, através de cópia.

Artigo 8.º

Ordem do dia

- 1 – A ordem do dia de cada reunião é estabelecida pelo presidente da câmara municipal e deve incluir os assuntos que para esse fim lhe forem indicados pelos vereadores competentes, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da reunião.
- 2 – A ordem do dia de cada reunião, bem como o texto das propostas agendadas, os documentos de estudo e apoio, serão distribuídos a todos os membros, no gabinete dos próprios, com a antecedência mínima de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data da reunião, assim como, enviados na mesma data através de correio eletrónico a cada um dos membros.
- 3 – As adendas à ordem do dia só serão aceites quando absolutamente necessárias e urgentes e desde que sejam distribuídas por todos os vereadores até às 17 horas da véspera do dia da reunião a que se destinam, devendo ser privilegiado o uso do correio eletrónico nesta comunicação.
- 4 – No início da reunião da câmara municipal, antes de iniciada a discussão dos assuntos constantes na ordem do dia, pode qualquer membro solicitar ao plenário a inclusão de outros assuntos que entenda urgentes, os quais só poderão ser aceites se pelo menos cinco dos membros que compõem o executivo camarário reconhecerem a urgência da deliberação imediata.
- 5 – Os assuntos que sejam integrados na ordem do dia em conformidade com o estabelecido no ponto anterior, serão apreciados e votados em último lugar, salvo se a maioria dos membros que compõem o executivo camarário reconhecer diferente interesse.





VILAREALSTºANTONIO

6 – A ordem do dia iniciar-se-á sempre com um ponto prévio de informação acerca dos assuntos relativos ao Município.

Artigo 9.º

Direção dos trabalhos

Das decisões sobre a direção dos trabalhos cabe recurso, a todo o tempo, para o plenário, a apreciar imediatamente após a sua interposição.

Artigo 10.º

Quórum

1 – A câmara municipal só pode deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.

2 – Se, sessenta minutos após o previsto para o início da reunião, não estiver presente a maioria do número legal dos seus membros, considera-se que não há quórum, devendo desde logo proceder-se ao registo das presenças, marcação das faltas e elaboração das atas.

3 – Verificando-se a situação prevista no número anterior, a nova reunião, a designar pelo presidente da câmara municipal, ou pelo seu substituto, será convocada com, pelo menos, cinco dias de antecedência, por meio de edital e protocolo.

Artigo 11.º

Períodos das reuniões

1 – As reuniões ordinárias serão divididas de acordo com os seguintes períodos:

- a) Período antes da ordem do dia;
- b) Período destinado à ordem do dia;
- c) Período de intervenção do público.





VILAREALSTºANTONIO

2 – Nas reuniões extraordinárias apenas terá lugar o período destinado à ordem do dia.

Artigo 12.º

Período antes da ordem do dia

O período antes da ordem do dia tem a duração máxima de sessenta minutos e destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia.

Artigo 13.º

Período da ordem do dia

1 – O período da ordem do dia inclui um período de informação e um período de apreciação e votação das propostas constantes da ordem do dia e das que forem posteriormente nela incluídas.

2 – No início do período da ordem do dia, o presidente da câmara municipal dará conhecimento dos assuntos nela incluídos, bem como das propostas que tenham sido apresentadas nos termos do artigo 8.º n.º 4.

3 – Até à votação de cada proposta podem ser apresentadas, sobre o mesmo assunto, propostas escritas e devidamente fundamentadas de facto de direito, que serão simultaneamente discutidas e votadas.

4 – Os subscritores de cada proposta dispõem até quinze minutos para a apresentar, dispondo cada membro de quinze minutos no total para a respetiva análise, discussão, pedidos de esclarecimento e protesto.

5 – O tempo disponível para cada membro da câmara municipal poderá ser cedido a outro membro.

6 – Havendo várias propostas de deliberação urgente sobre o mesmo assunto, pode o presidente da câmara municipal, por sua iniciativa ou por solicitação de qualquer vereador, suspender a reunião pelo período máximo de quinze minutos.

7 – Reaberta a reunião, proceder-se-á de imediato à votação das propostas existentes.





VILAREALSTºANTONIO

Artigo 14.º

Período de intervenção do público

- 1 – O período de intervenção do público terá lugar após a conclusão do período da ordem do dia.
- 2 – Se, porém, a câmara municipal deliberar prolongar a reunião para além das treze horas, o período de intervenção do público deverá iniciar-se às treze horas, podendo haver um outro período destinado à intervenção do público, após a conclusão da ordem do dia.
- 3 – Desde que aceite pelo presidente da câmara municipal, poderá ser apresentado um assunto pelo público para discussão, após a discussão da ordem do dia, desde que o interveniente se apresente devidamente identificado.
- 4 – A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas, sob pena de ser aplicado o preceituado no artigo 49.º n.º 5 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 15.º

Pedidos de informação e esclarecimentos

- 1 – Os pedidos de informação e os esclarecimentos a prestar pelos membros da câmara municipal devem ser formulados, sinteticamente, logo que finda a intervenção que os suscitou e restringem-se à matéria em dúvida, assim como às respetivas respostas.
- 2 – As atas das reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

Artigo 16.º

Exercício do direito de defesa

- 1 – Sempre que um membro da câmara municipal considere que forem proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode usar da palavra por tempo não superior a quinze minutos.
- 2 – O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a quinze minutos.





VILAREALSTºANTONIO

Artigo 17.º

Protestos

- 1 – A cada membro da câmara municipal, sobre a mesma matéria, só é permitido um protesto.
- 2 – A duração do uso da palavra para apresentar o protesto não pode ser superior a quinze minutos.

Artigo 18.º

Votação

- 1 – As deliberações são tomadas por votação nominal, salvo se a maioria dos membros presentes declarar que pretende que a votação seja por voto secreto.
- 2 – Sempre que se realizem eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa, as deliberações são tomadas por escrutínio secreto.
- 3 – Em caso de existência de mais de uma proposta sobre o mesmo assunto, as mesmas serão votadas em alternativa.
- 4 – Em caso de empate na votação, o presidente da câmara municipal tem voto de qualidade, exceto se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
- 5 – Em caso de empate na votação por escrutínio secreto procede-se imediatamente a nova votação e, caso o empate se mantenha, adia-se a deliberação para a reunião seguinte; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal.

Artigo 19.º

Declaração de voto

- 1 – Finda a votação e anunciado o resultado, poderá qualquer membro da câmara municipal apresentar a sua declaração de voto e as razões que a justifica.
- 2 – Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata, ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.





VILAREALSTºANTONIO

3 – Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

Artigo 20.º

Atas

1 – De cada reunião ou sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.

2 – As atas são lavradas, sempre que possível, por funcionário da autarquia designado para o efeito e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

3 – As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

4 – As deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores.

5 – Os assuntos tratados no período antes da ordem do dia, só constarão em ata se tal for requerido, caso a caso, por algum dos membros presentes.

Artigo 21.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver previsto no presente regimento aplica-se o disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e no Código do Procedimento Administrativo, todos na atual redação.

Artigo 22.º



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António
Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003



VILAREALSTºANTONIO

Norma revogatória

O presente regimento revoga o regimento da câmara municipal, e respetivas alterações, em vigor à data da respetiva aprovação.

Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente regimento entra em vigor no dia em que o mesmo for aprovado em reunião da câmara municipal.



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003